Notícias Africanas

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL

Nº 98
13 A 19.3.95

O PAICV está interessado em discutir ideias e projectos alternativos de sociedade

NOVO JORNAL, 28.2.95

JOSÉ MARIA NEVES

Acabo de ler, no NJC, os xingamentos proferidos pelo senhor Pascoal Santos, membro do Governo MpD, a propósito da intervenção do PAICV sobre a política governamental para a emigração.

Ainda que acostumado às falações nervosas e inflamadas desse "Junior Minister", confesso-vos que fiquei atónito quando constatei que a pseudo-réplica de Pascoal Santos se estriba num feixe de calúnias, de inverdades e de insultos;

Diz Pascoal Santos que:

1. Venho utilizando, "... de má fé, as próprias informações dadas pelo governo. Isso ... é pouco honesto, não é justo e nem é forma correcta de fazer política",

2. O discurso do PAICV sobre o papel cultural das embaixadas é "hipócrita e ofensivo";

3. A proposta sobre a reconversão do IAPE é " uma manifestação de hipocrisia";

4. O PAICV tem feito intervenções para "caluniar e insultar o Governo e para enganar, confundir e dividir os cabo-verdianos";

5. O IAPE podia ser reestruturado mais rapidamente se o governo tivesse agido numa base partidária, uma vez que há dirigentes desse instituto que são deputados ou candidatos a deputados;

6. O Governo está a cumprir com o dever e obrigação que tem perante as comunidades e o país, mas dentro das possibilidades, porque partimos praticamente do nada.

Respondendo, devo dizer-lhe senhor Pascoal Santos, o seguinte:

1. Nunca tive qualquer encontro consigo nem nunca me forneceu qualquer informação sobre políticas ou impolíticas do seu governo para a emigração. As propostas que venho apresentando, em nome do PAICV, resultam da actualização da plataforma eleitoral, que o Partido apresentou em 1991, intitulado "As Comunidades Emigradas, Parte Integrante da Nação Cabo-verdiana" e que contém um conjunto de projectos e de medidas de política abrangentes para a emigração.

2. A ideia de criação de "Casas de cabo-Verde" ou de Centros Culturais, que integra o elenco das propostas apresentadas ao eleitorado em 91, é, agora, uma demanda assumida pela própria comunidade, em vários centros de acolhimento. Enquanto esteve no poder, o Governo PAICV, apesar dos constrangimentos financeiros e humanos criou 8 Embaixadas, 3 Consulados-Gerais e 15 Consulados honorários. É normal que, gradualmente, de acordo com as possibilidades, o actual governo reestrutura, crie ou extinga embaixadas e consulados, amplie a capacidade de intervenção social e cultural dos mesmos, de modo a adequar a rede existente à dinâmica das mudanças entretanto ocorridas no mundo e no país e às exigências das comunidades;

3. O PAICV mantém a sua proposta de reconversão organizacional do IAPE. Este Instituto deve ser dotado de recursos organizacionais, humanos, materiais e financeiros que lhe permitam actuar como organização de referência na execução de uma política abrangente e integrada para a emigração;

4. Quanto a insultos, calúnias e confusões, Pascoal Santos deve estar a referir-se à intervenção do Dr. Carlos Veiga aquando da sua última deslocação aos USA. A RNCV teve, aliás, a gentileza de transmitir largos extractos desse discurso, para que todos os cabo-verdianos pudessem ter um cheirinho do teor das intervenções que os actuais governantes fazem aos nossos conterrâneos na diáspora;

5. Não entendi as referências feitas aos eventuais deputados ou candidatos a deputados do PAICV que trabalham no IAPE. Não sei se está a sugerir a limitação de direitos desses cidadãos, pelo facto de pertencerem ao partido da oposição parlamentar ou se o seu discurso se enquadra no âmbito da já estafada estratégia de intimidação de personalidades próximas da oposição: de qualquer modo, peço-lhe, Pascoal Santos, que preste atenção às campanhas político-partidárias do novel membro da Direcção Nacional do MpD e Presidente do IAPE, particularmente no Concelho de Santa Catarina.

6. É absurdo dizer, neste ano do XV Aniversário da Independência, que, em 1991 se partiu do nada. Para além da rede de embaixadas e de consulados, da nomeação de um Secretário de Estado da Emigração, de acordos de segurança social assinados com vários países, da criação do IAPE, da aprovação da Lei de Investimento, que confere facilidades ao investidor emigrante, da criação de círculos eleitorais para a emigração, etcc. as remessas dos emigrantes aumentaram de 6 vezes de 76 a 89, os depósitos a prazo cresceram de 13 vezes de 85 a 88 e o investimento na construção civil foi multiplicado por 9 de 76 a 88. Estamos em condições de, hoje, poder fazer mais e melhor.

Devo dizer-lhe, ainda, senhor Pascoal Santos, que o PAICV não reconhece autoridade moral a este governo, que dá cobertura a escândalos da marca daquele que o embaixador estrela protagonizou em Lisboa, para acusar ninguém de ter má fé, de ser desonesto, hipócrita, demagogo, insultante ou afrontoso. Devolvo-lhe, por isso, por inteiro, a sua lista inflacionada de ofensas.

O PAICV está empenhado em discutir ideias e projectos. Aliás, neste Ano Internacional da Tolerância, apelamos à moderação na linguagem, ao reconhecimento do outro, ao respeito à diferença e aos direitos da oposição. Que a política seja o confronto de ideias e de projectos alternativos de sociedade e não de injúrias.

Eu espero, sinceramente, que esse discurso de Pascoal Santos não seja prenunciação do nível das campanhas eleitorais que o MpD e o seu governo estão a preparar para este ano de 1995.

De qualquer forma, o PAICV continuará a bater-se pela despolitização e despartidarização da questão emigração e por uma informação às comunidades que seja isenta e plural, que dê voz aos órgãos de soberania, aos partidos políticos, às autarquias, aos sindicatos, às igrejas e a todas as outras organizações da sociedade civil.

UNITA acusa Luanda de criar tensão

PÚBLICO, 4.3.95

A UNITA afirma que o processo de paz em Angola não está ameaçado apesar de uma série de incidentes que opuseram as forças adversas no terreno e das mútuas acusações de violações ao cessar-fogo em vigor.

Isaías Samakuva, representante da UNITA na Comissão Conjunta encarregada de vigiar a aplicação dos Acordos de Lusaca, disse ontem em Luanda que as recentes alegações das autoridades governamentais relativas a ameaças que pesariam sobre a paz tiveram por objectivo "criar tensão onde ela não existe".

Samakuva, que regressou à capital angolana depois de se ter encontrado, no Bailundo, no centro do país, com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, admitiu que a separação das forças antagónicas, que estava prevista para começar até ao dia 15 no Uíje, no norte, não foi possível, mas que "tudo será feito pela Comissão Conjunta".

A situação militar degradou-se desde que as autoridades de Luanda e da UNITA se responsabilizaram mutuamente pelo atraso. O Governo acusou a UNITA de não retirar as suas tropas para o Negage, situada a 60 quilómetros do Uíje, enquanto a UNITA acusou as forças governamentais da tentativa de ocupação de posições abandonadas pelos seus combatentes.

A UNITA não retirou as suas tropas para mais do que 15 quilómetros, recusando prosseguir o afastamento dos seus soldados que sitiam a cidade, controlada pelo exército governamental.

Domingo, o comando militar de Luanda ordenou às suas forças que tomassem o controlo da localidade de Katchiungo, na província do Huambo, em resposta aos "movimentos das tropas da UNITA" efectuados em direcção ao Xinguar, na mesma região.

Luanda acusou ainda a organização de Savimbi de ter tomado de assalto a localidade de Dondi, perto do Huambo, operação que a UNITA desmentiu, precisando que Dondi já se encontrava nas mãos dos seus serviços sanitários.

Ontem, o "Jornal de Angola" anunciou movimentos de forças rebeldes na província do Kuanza-Norte, com o objectivo de um ataque contra as localidades de Lucala e Golungo-Alto. Citando o Estado-Maior do Exército, o diário, próximo do Governo, precisou que os os soldados da UNITA se concentraram em Kingula, a cerca de 30 quilómetros do Golungo-Alto.

A oposição armada angolana é ainda acusada por Luanda de ter feito, sábado, uma emboscada a uma coluna de veículos civis, na estrada que liga as localidades de Kimbamba e Nguma, no Kuanza-Norte, e de ter raptado, no dia 26, seis civis da localidade de Samussanda, na província de Lunda-Sul. ■

Chissano rejeita um "Volkstaat"

PÚBLICO, 4.3.95

O PRESIDENTE Joaquim Chissano disse ontem, ao terminar uma visita de quatro dias à África do Sul, que o projecto de instalação em Moçambique de alguns milhares de fazendeiros "afrikaners" não poderá significar de forma alguma a criação de um Volkstaat, ou de uma nova colónia "boer".

Chissano afirmou que o esquema preconizado pelo general Constand Viljoen, líder da Frente da Liberdade, a extrema-direita parlamentar sul-africana, só se concretizará se servir os interesses dos dois países; e muito em particular o de Moçambique.

O Presidente anunciou que uma comissão conjunta irá estudar o projecto da ida para território moçambicano de alguns milhares de cidadãos de origem holandesa, francesa e germânica, que aparentemente já não se sentem hoje em dia tão bem na África do Sul quanto o estavam no tempo do "apartheid".

Das palavras presidenciais transpirou o receio de que a ida para Moçambique de brancos sul-africanos interessados em projectos de irrigação, pecuária e turismo possa ser entendida como a criação além-fronteiras do Estado "boer" pretendido por muitos indivíduos da extrema-direita que não aceitam de bom grado um Governo dominado pelo ANC.

Outro assunto tratado durante a visita foi o do repatriamento forçado de imigrantes ilegais sul-africanos na África do Sul, tendo sido feita a promessa de que ele só se concretizará em casos excepcionais, como quando tiver sido cometido algum crime.

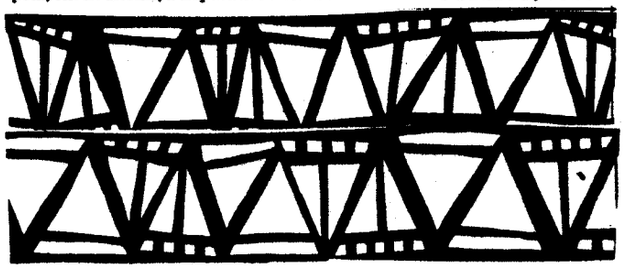
Para além disso, os dois países combinaram que as respectivas polícias poderão entrar no território um do outro, em perseguição de criminosos; e que haverá projectos conjuntos em determinadas áreas, como o turismo.

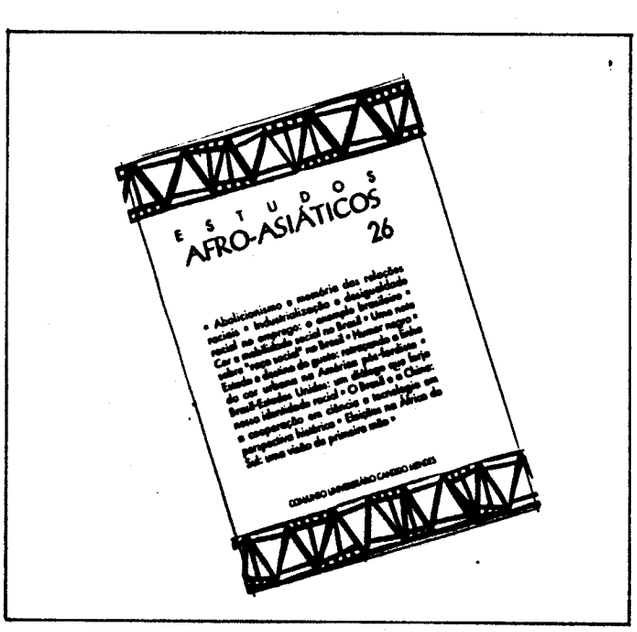
A relação entre a África do Sul e Moçambique foi esta semana comparada pelo semanário britânico "The Economist" à que existe entre os Estados Unidos e o México, com um país mais desenvolvido a atrair inegavelmente muitos cidadãos de um vizinho com dificuldades. Só que a desproporção entre o que têm os sul-africanos e os moçambicanos é ainda muito maior à que existe entre norte-americanos e mexicanos.

Daí, o grande dilema de Joaquim Chissano. Dar-lhe-ia decerto muito jeito ter uma quantidade razoável de fazendeiros da África do Sul a desenvolver as terras do sul de Moçambique, mas tem sempre que contar com o radicalismo e a negritude de muitos quadros da Frelimo, que poderão muito bem perguntar se acaso o país se tornou independente dos portugueses para se ir agora entregar aos boers.

Foi por isso mesmo, talvez, que "The Economist" considerou o projecto do general Viljoen, antigo Chefe do Estado-Maior das Forças de Defesa da África do Sul, "um dos esquemas mais bizarros actualmente em discussão" entre os dois países vizinhos. ■

NOVOS DIRIGENTES DA RENAMO — José de Castro, de 50 anos, antigo chefe das Relações Externas da Renamo e ex-representante em Portugal, é o novo secretário-geral do partido, em substituição de Vicente Ululu, anunciou ontem em Maputo o semanário "Savana". Carvalho Pensado, de 33 anos, foi designado chefe do departamento de Assuntos Políticos, onde rende Raul Domingos, e João Almirante assume a chefia das Relações Externas. O líder da Renamo, Afonso Dhlakama, anunciou que a sua formação vai ter uma Comissão Política Nacional, composta por 25 membros, que quinzenalmente analisarão a situação de Moçambique. Entretanto, durante as próximas semanas, Dhlakama desloca-se à Europa, onde entre os dias 8 e 26 deste mês visita sucessivamente a Alemanha, a Grã-Bretanha, a sede da União Europeia, em Bruxelas, a Espanha e a Itália. PÚBLICO, 4.3.95





Vitória eleitoral atribuída a feiticeiro reencarnado

Mungói, um fantasma frelimista

PÚBLICO, 4.3.95

José Pinto de Sá,
em Maputo e Xai-Xai

Destacados políticos moçambicanos atribuem os excelentes resultados eleitorais da Frelimo na província de Gaza ao auxílio prestado pelo espírito de um curandeiro morto há quarenta anos. Na festa da vitória, o centro das atenções foi a actual encarnação de Mungói, uma mulher vestida de homem que trouxe os móveis de casa e bebeu sem pestanejar uma garrafa de vinho e meia de uísque.

Os convites enviados há dias aos jornalistas rezavam que se tratava da cerimónia de extinção do gabinete eleitoral da Frelimo na cidade de Xai-Xai, capital de Gaza, e que então se procederia ao "encerramento da campanha e prestação de contas". Como escreveu o semanário Savana, "quanto a prestação de contas nada houve com tal parecido", mas a festa valeu a pena.

Deputados, caciques e empresários celebraram com justificado entusiasmo a vitória da Frelimo em Gaza, a província natal de Joaquim Chissano, de Samora Machel e de grande parte da liderança da Frelimo, de etnia changana. Ali, a Renamo não conseguiu eleger um único deputado. A Frelimo arrebatou quinze dos dezasseis assentos parlamentares em disputa, cedendo apenas um à oposição não-armada.

No centro das atenções não esteve, contudo, nenhum dos muitos colunáveis presentes. Foi em honra do curandeiro Mungói que os ilustres convidados se desfizeram em mesuras e atenções. Ou antes, do seu espírito, já que o Mungói original morreu na década de cinquenta. Em vida, foi empregado de mesa do luxuoso hotel Polana, em Maputo. Depois de morto, a fama dos seus poderes mágicos continuou a crescer e espalhou-se por toda a região.

Actualmente, o espírito de Mungói é encarnado por uma mulher da sua família, que compareceu vestida de homem, trajando a roupa favorita do falecido: casaco preto, calças e sapatos brancos, chapéu de feltro e bengala. Ela assistiu à festa confortavelmente instalada num poltrona, com uma mesinha à frente, servida com todo o respeito pelos VIP presentes. Destacou-se em salamaleques o deputado Sebastião Mabote, general medalhado, herói nacional, antigo vice-ministro da Defesa e cabeça-de-lista da Frelimo em Gaza. Poltrona e mesinha vieram com ela de casa, trazidos para o efeito, assim como o prato que usou, talhado em pau de mafurreira.

Vinho e uísque

Bem comeu, melhor bebeu. Mais de uma garrafa de vinho e meia de uísque foi o que Mungói consumiu, já que os presentes garantiam que a mulher, essa, é abstémia no dia-a-dia, quando não está de serviço ao espírito.

O elogio de Mungói, ponto alto da festa, foi dirigido pela deputada Salomé Moiane, vice-ministro dos Negócios Estrangeiros no anterior governo. Salomé Moiane enalteceu "os serviços prestados pelo espírito de Mungói à causa da paz" e assegurou que "o partido Frelimo está mais reconhecido". Depois, sob uma salva de palmas, colocou ao pescoço da portadora do espírito um lenço estampado com as insígnias partidárias.

Em toda a cerimónia, o nome da mulher não foi citado, já que ela era, então, simplesmente Mungói, o mais poderoso espírito dos nossos dias em terras de Gaza. A ele se dirigem empresários a pedir dinheiro, políticos em busca de popularidade e esposas enganadas, todos atraídos pelos poderes do grande curandeiro, assumidos por parentes depois da sua morte. Para ele, "nada é impossível", comentou um dos presentes, explicando que desde que o cliente pague o estipulado e cumpra com rigor as instruções, o sucesso é garantido.

Para muitos dirigentes da Frelimo de origem gazense, o triunfo esmagador do partido naquela província ficou-se a dever a Mungói. A amizade, aliás, já vem de longe. Conta-se em Gaza que, durante a guerra civil, os homens da Renamo não ousavam maltratar prisioneiros que se apresentassem como "filhos" ou seguidores do espírito.

Familiares de gente que a Renamo raptara afluíam em grande número à casa de Mungói, pedindo-lhe que intercedesse para assegurar a sua libertação. Diz-se que o espírito se dirigia então à base da Renamo e punha em transe o comandante, ordenando-lhe que libertasse os prisioneiros, no que era infalivelmente obedecido.

Muito secreto

Embora os dirigentes da Frelimo em Gaza tenham sempre recorrido ao poder de Mungói, o reconhecimento oficial dessa realidade só agora se concretizou. Durante os anos do "Poder Popular", no quadro da "luta contra o obscurantismo", a aliança Frelimo-Mungói permaneceu clandestina e o segredo era ciosamente guardado. Em 1989, o jornalista Carlos Mhula esteve preso sem julgamento durante três meses por ordem do Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP), a polícia secreta comunista, por ter publicado um artigo sobre o assunto. Mhula escrevera que o então governador de Gaza, Francisco Pateguana, tinha reunido com a encarnação de Mungói no seu gabinete, para discutirem a estratégia a utilizar contra a Renamo na província.

Entre os inúmeros admiradores de Mungói conta-se pelo menos um português, Delfim dos Anjos, que emigrou para Moçambique há mais de trinta anos, com destino ao colonato do Limpopo. Depois da Independência o colonato foi desmembrado, mas ele não quis regressar a Portugal e continuou por Gaza, pobre e "cafrealizado", rodeado de uma dezena de filhos mulatos.

O velho Delfim gosta de recordar o seu encontro com o espírito, em cujos poderes acredita cegamente. Há três anos, pouco antes dos acordos de paz, homens da Renamo penetraram na sua propriedade em Chidenguele, a setenta quilómetros de Xai-Xai, e pilharam as cabeças de gado que restavam. Desesperado resolveu recorrer ao Mungói, cuja protecção se estende por toda a região.

Delfim dos Anjos conta que o Mungói, então encarnado pelo seu filho Armando, se pôs em perseguição dos bois, a caminho de uma base da Renamo. Quando os alcançou, os guerrilheiros, tomados de pânico, puseram-se em fuga sem sequer dispararem contra ele, abandonando o saque. Tranquilamente, o espírito de Mungói reuniu a manada e levou-a de volta à casa do velho colono português. ■

• Abolicionismo e memória das relações raciais • Industrialização e desigualdade racial no emprego: o exemplo brasileiro • Cor e mobilidade social no Brasil • Uma nota sobre "raça social" no Brasil • Humor negro • Estado e destino do gueto: retraçando a linha da cor urbana na América pós-fordista • Brasil-Estados Unidos: um diálogo que forja nossa identidade racial • O Brasil e a China: a cooperação em ciência e tecnologia em perspectiva histórica • Eleições na África do Sul: uma visão de primeira mão •

LIGUE 531-2000 RAMAL 259
LIGUE 531-2000 RAMAL 259
LIGUE 531-2000 RAMAL 259
LIGUE 531-2000 RAMAL 259
LIGUE 531-2000 RAMAL 259

Os pecados de Winnie

A ex-mulher do Presidente sul-africano está no centro de todas as tensões no seio do governo de unidade nacional

EXPRESSO, 4.3.95

DAVID BERESFORD
correspondente
na África do Sul

WINNIE Mandela, a «rainha do escândalo» da África do Sul, está a preparar-se para uma prova de força com os dirigentes do ANC neste fim-de-semana, no que poderá ser o fim da sua extraordinária carreira política.

Aquela que foi a **«mãe da nação»** regressou a casa inesperadamente no princípio da semana, depois de uma deslocação pela África ocidental, preparando-se para se defender das acusações da polícia que a implicam, bem como a sua filha Zinzi, numa fraude relacionada com uma empresa de construção civil.

Os comentadores previam a sua queda com base em observações feitas em privado por responsáveis do Governo do ANC, afirmando que o marido, o Presidente Nelson Mandela, de quem se encontra separada, já tinha decidido demiti-la. Mas, com a publicidade feita com as buscas que a polícia efectuou à sua casa do Soweto e aos escritórios, parece possível que Winnie consiga uma vez mais consolidar a sua reputação de grande Houdinis da política neste mundo.

Declarando-se **«sem palavras para exprimir a sua fúria»**, disse que tinha sobrevivido às perseguições policiais do passado e que o conseguiria fazer de novo. Negros influentes, alarmados pelas semelhanças entre as actuais buscas e as acções policiais do tempo do «apartheid», condenaram a operação. Entre eles figura o arcebispo Desmond Tutu, Prémio Nobel da Paz, que as classificou de **«totalmente desajustadas»**, **«suspeitas»** e visando aparentemente **«obter o máximo efeito político para a desacreditar tanto quanto possível»**.

Um longo inventário

Haverá na história poucos exemplos de políticos que tenham sofrido tantos embaraços com as aventuras do seu cônjuge como tem sucedido com o Presidente sul-africano. O inventário é tão longo que já se torna difícil enumerar tudo. Primeiro foi o escândalo «Stompie Mokhetsi Sepei» — o rapto de dois rapazes, ocorrido em 1988, em que Winnie foi condenada com pena suspensa. Em Março de 1992, foi demitida do departamento de acção social do ANC por acusações de desvio de 400 mil rands (cerca de 20 mil contos).

Seguiu-se a publicação de uma carta apaixonada para um jovem amante, que confirmou a Nelson Mandela o que outros há muito tempo sabiam: a vida adúltera de Winnie. Em Dezembro, foram as acusações de que ela se servia de obras de caridade como cobertura para negócios de diamantes em Angola. E, no mês passado, numa rápida sucessão, deu-se a controvérsia sobre um estranho negócio de turismo com o galã da tela Omar Sharif, seguida da polémica sobre o desaparecimento de um cheque no valor de 380 mil rands passado pela primeira-ministra do Paquistão, Benazir Bhutto. Agora é uma fraude ligada a uma empresa de construção civil, com acusações de que tem utilizado o seu cargo governamental e influência para garantir a adjudicação de contratos em troca de grandes comissões para si, para a filha Zinzi e para outros associados, incluindo o seu médico assistente.

A aparente determinação da senhora Mandela em criar problemas a si própria, ao marido, à sua causa e ao país tem suscitado dúvidas sobre a sua sanidade mental. Isto pode ser mais do que uma simples suspeita, pois as histórias de violência na sua vida pessoal podem ser a confirmação desses receios. Mas as críticas ignoram duas ordens de questões que — embora sem desculpar o seu carácter — são importantes para compreender Winnie e o seu significado para a África do Sul.

Corrupção endémica

As primeiras têm a ver com corrupção, uma palavra que está agora tão associada a Winnie Mandela. Juntamente com o recente escândalo envolvendo o reverendo Alan Boesak — o embaixador da África do Sul na ONU, forçado a demitir-se do cargo devido às acusações de que se terá apropriado de dinheiro dos programas de ajudas internacionais — a senhora Mandela é considerada mais um sintoma da **«doença de África»**. Os brancos daqui — e sem dúvida de outras partes do mundo — consideram-na a concretização dos receios de que a maldição da África negra tenha chegado à ponta sul com o advento do regime de maioria.

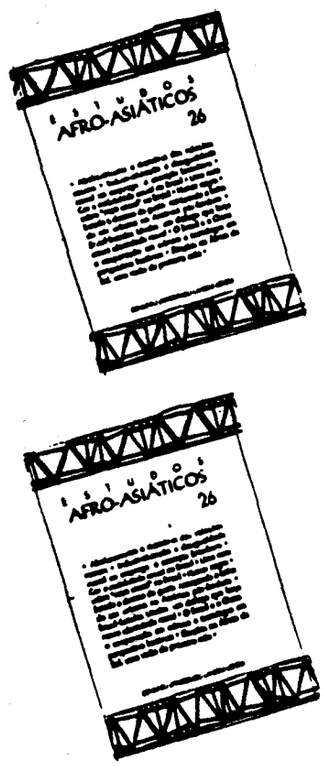
Esta ideia é falsa pois nos esquecemos de reconhecer que a corrupção é endémica na sociedade branca sul-africana e que o comportamento da senhora Mandela não tem nada de estranho se comparado com os seus pares de pele rosada.

A corrupção da África do Sul branca está implícita no sistema do «apartheid», que o mundo conheceu durante tanto tempo e rejeitou. Embora o «apartheid» fosse «legitimado» por leis aprovadas por um Governo soberano, tratava-se de um sistema de exploração que não passava de roubo organizado: das terras, através da Lei de Divisão de Zonas por Grupos, da educação através da Educação Bantu, dos postos de trabalho devido aos impedimentos impostos ao emprego e até do amor, através da Lei sobre Casamentos Mistos e Imoralidade.

Contaminada pelos frutos fáceis de tal sistema, a sociedade branca praticou durante muito tempo actos de corrupção em grande escala, ainda que menos graves do que os que são praticados noutras partes do continente.

Estimativas oficiais indicam que a fraude pode representar sete por cento do produto nacional bruto. A atitude em relação ao crime nos círculos empresariais é ilustrada pela Eskom, a gigantesca empresa pública de electricidade. No ano passado, o assessor jurídico foi acusado de desviar do fundo de pensões 18 milhões de rands. Veio a saber-se que, na altura em que foi contratado, já se defrontava com acusações por outras fraudes como advogado. Também se soube que o assessor financeiro havia sido condenado por crimes financeiros no seu emprego anterior. A Eskom, que sabia do cadastro destes homens, justi-

Continua na pág. 5



Vêm aí os agricultores sul-africanos

EXPRESSO, 4.3.95

O TOM emotivo dos discursos pronunciados pelos Presidentes Joaquim Chissano e Nelson Mandela durante a visita oficial do chefe de Estado moçambicano à África do Sul confirma o estreitamento das relações entre os dois países mas os acordos bilaterais assinados suscitaram em Maputo reacções positivas temperadas de alguns receios. Particularmente controversa é a instalação de agricultores brancos sul-africanos no Sul de Moçambique prevista no «protocolo de intenções» assinado, quinta-feira, na Cidade do Cabo.

O acordo, negociado em meados de Fevereiro, em Maputo, por uma delegação «afrikaner» chefiada pelo líder da Frente da Liberdade (FF), general Constandt Viljoen, ex-chefe de Estado-Maior das Forças Armadas sul-africanas, implicará, segundo os mais optimistas, um aumento dos investimentos de capitais «boers» no país, criando postos de trabalho e estancando o fluxo de emigrantes moçambicanos para a África do Sul, a maioria dos quais em situação ilegal.

A instalação das primeiras cem famílias de agricultores sul-africanos em Moçambique está prevista para Agosto próximo e Joaquim Chissano, que sexta-feira terminou a visita oficial de quatro dias à África do Sul, afirmou que o general Viljoen não limitará os seus esforços **«à agricultura»**, pretendendo alargá-los **«a outras esferas de desenvolvimento»**.

Receios da invasão «boer»

Há quem veja, no entanto, nesta movimentação uma «invasão boer» destinada a criar um colonato ou mesmo um «volkstat» (estado autónomo) «afrikaner» em Moçambique.

Mas o Presidente Chissano afastou essa possibilidade, dizendo numa entrevista à televisão sul-africana que as negociações sobre o investimento «afrikaner» em Moçambique se tinham iniciado ainda durante o regime de minoria branca e acrescentando que Nelson Mandela apenas veio **«dar confiança aos moçambicanos e aos agricultores 'afrikaners'»**.

Os agricultores sul-africanos interessados receberão o usufruto das terras por um período renovável de 40 anos e poderão levar para Moçambique o respectivo equipamento. A propriedade do solo continuará a pertencer ao Estado moçambicano.

Entretanto, a recém-criada Associação de Pequenos e Médios Agricultores e Criadores de Gado da Província do Maputo (PEMAC) quer ter uma palavra a dizer sobre o assunto, e com esse objectivo vai proceder a uma reunião, nos arredores da capital, no início da próxima semana. Os empresários agrícolas moçambicanos pretendem desenvolver as suas actividades no Sul do país, precisamente a região cobiçada pela maioria dos «farmeiros» (nome aportuguesado de «farmer», agricultor) que se querem estabelecer em Moçambique. As suas queixas juntam-se às de outros agentes económicos moçambicanos que alegam estarem a ser preteridos pelo Estado sempre que entram em concorrência com potenciais investidores estrangeiros.

REFINALDO CHILENGUE
correspondente em Maputo

Continuação da pág. anterior

Os pecados de Winnie

ficou as nomeações afirmando que se tratava de pessoas de **«craveira excepcional»**.

Portanto, as aventuras financeiras e outras de Winnie Mandela ou do Dr. Boesak — embora chocantes para aqueles que olharam o ANC e a sua liderança em termos idealistas — não são mais do que a continuação da vida pública e empresarial sul-africana que o «apartheid» encorajou.

As razões da sobrevivência

Só a sua extraordinária popularidade lhe permite a sobrevivência política. Em Janeiro do ano passado — pouco depois do «caso Stompie» e do escândalo no departamento de acção social —, ela aparecia em quinto lugar nas sondagens a nível regional, entre os membros do ANC candidatos ao Parlamento. No Congresso de Dezembro do ANC, poucas horas depois de revelado o escândalo relativo aos diamantes de Angola, voltou a surgir em quinto lugar nas eleições para o executivo nacional do partido.

O poder que esta base de apoio político lhe confere reflecte-se na sua capacidade de se voltar a erguer depois de sucessivas humilhações. Ainda não tinha passado um ano sobre o «escândalo Stompie» — envolvendo acusações de homicídio — quando foi designada directora da acção social da organização. Em Setembro de 1992, no seguimento do escândalo relativo aos fundos sociais, foi forçada a abandonar todos os cargos importantes que detinha no ANC mas, volvidos dois anos, estava de volta, primeiro como presidente da poderosa Liga das Mulheres e depois como ministra-adjunta do primeiro Governo de maioria.

Pensa-se que tem conseguido sobreviver às polémicas em que tem sido envolvida devido ao seu casamento com o homem mais poderoso do país. Entretanto, consta que Mandela continua a nutrir por Winnie uma forte afeição, apesar da separação pública, sendo ainda possível que a sua incapacidade em agir contra ela se deva ao poder que ela detém.

A Robin dos Bosques sul-africana

Embora possa parecer uma calúnia do príncipe da Floresta de Sherwood, é possível estabelecer um paralelo entre a história de Winnie Mandela e a lenda inglesa do Robin dos Bosques. Nelson Mandela é Presidente, tal como Ricardo Coração de Leão era rei. E ambos não conseguem cumprir as promessas. O facto de Winnie não copiar Robin dos Bosques ao não distribuir os ganhos ilegítimos é apenas um pormenor que a imprensa insiste em divulgar, mas também ela é um instrumento de propaganda manejado pelos barões brancos. Assim, a lenda de Winnie Mandela continua viva nos bairros negros degradados da África do Sul e é provável que assim se mantenha até que as reformas sociais se comecem a fazer sentir na vida das pessoas. Nessa altura, espera-se, Winnie Mandela será finalmente vista como a desordeira que de facto é.

O ano horrível de Mandela

EXPRESSO, 4.3.95

O ESTADO de graça acabou para Nelson Mandela. Dez meses depois da eleição do primeiro Presidente negro da África do Sul, a estabilidade do Governo de unidade nacional tem sido abalada por uma série de escândalos e problemas internos que resultam de expectativas frustradas e promessas não cumpridas.

A autoridade de Nelson Mandela não é posta em causa, mas o carismático líder da luta contra o «apartheid» surge cada vez mais na defensiva, sob o fogo cruzado dos «duros» do Congresso Nacional Africano (ANC) e da minoria branca.

Os primeiros acusam-no de passividade perante a alegada «caça às bruxas» orquestrada pelos meios de comunicação e pela polícia, cujo controlo está ainda em poder dos brancos, com o pretexto de combater a corrupção e os negócios escuros de proeminentes figuras do ANC. A minoria branca vê no alastramento da violência e da criminalidade, nos assassínios de polícias, nas greves, e nas ocupações de terras e de edifícios públicos que ocorrem em todo o país, a confirmação da incapacidade dos negros para governar, o argumento que, durante décadas, defenderam os partidários do «apartheid».

A decisão do líder zulu Mangosothu Buthelezi e do seu partido Inkhata de boicotar os trabalhos do Parlamento em sinal de protesto pelo não cumprimento do acordo relativo ao **estatuto do rei zulu Goodwill Zwelithin, assinado por Mandela antes das eleições, faz pairar a ameaça de novos confrontos interétnicos durante a preparação das eleições regionais previstas para Outubro.**

A crise sul-africana e as suas extensões internacionais (exportações de armas, contrabandos e tráficos diversos, conflitos fronteiriços) preocupam os Estados Unidos e os governos ocidentais com interesses na região. Ambos estão a incentivar a procura de novos mecanismos para a prevenção e a solução de conflitos.

Reunidos em Harare na passa da sexta-feira, os representantes dos 11 países da SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) sugeriram a criação de uma aliança político-militar capaz de constituir o quadro jurídico-institucional da «nova ordem» regional. Robert Mugabe, Presidente do Zimbabwe, disse que a resolução do conflito angolano é o primeiro e o maior desafio que se coloca perante os membros da futura Aliança dos Países da África Austral (ASAS).

Até agora, acrescentou Mugabe, os países africanos têm-se virado para a ONU mas o fracasso da intervenção na Somália e o impasse angolano provam que **«devemos contar com as nossas próprias forças para resolver os nossos problemas»** e que a ONU só deve ser encarada como **«uma solução de último recurso».**

Pelo seu peso político, económico e militar, a África do Sul seria logicamente chamada a desempenhar o papel de locomotiva da Aliança. Mas, para isso, é necessário impedir que os seus problemas internos a transformem em mais um foco de instabilidade. Há quem duvide de que, aos 76 anos, Nelson Mandela tenha ainda o pulso suficientemente firme para o conseguir.

NICOLE GUARDIOLA

Emenda traz mais 56 mil contos

NOVO JORNAL, 4.3.95

No passado dia 27 de Janeiro de 1995, a representante da USAID em Cabo Verde, Barbara Kennedy, e o director-geral da Cooperação Internacional, José Luís Rocha, assinaram na Praia a Emenda Número Seis ao Acordo de Donativo para o Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Serviços das Exportações (EDS).

Essa Emenda permitiu aumentar mais 56 mil contos ao total da ajuda concedida para esse projecto, perfazendo agora um total de 500 mil contos de donativo financeiro disponibilizado pelo governo americano a Cabo Verde.

O Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Serviços das Exportações visa ajudar Cabo Verde a melhorar a sua capacidade de gerar divisas através da promoção do investimento externo e nacional virado para as exportações. Com o apoio desse projecto, foi criado e operacionalizado o PROMEX (Centro de Promoção do Investimento e das Exportações); reformulada a legislação em matéria de investimento externo e incentivos à exportação; desenvolvido um programa de formação e capacitação de recursos humanos; assim como o financiamento de importantes estudos sectoriais (transportes aéreos, pesca, registo internacional de navios, turismo, indústria ligeira) e estudos de mercados de exportação (CEDEAO), mercado étnico norte-americano) para apuramento das potencialidades de Cabo Verde em termos de atracção do investimento externo e da sua capacidade de oferta de produtos e serviços.

Recorde-se que o primeiro acordo de donativo para o referido projecto foi assinando em 28 de Agosto de 1989, por representantes do governo dos Estados Unidos e de Cabo Verde, como demonstração da confiança que a Administração Americana deposita no governo de Cabo Verde, pela sua determinação e esforços consentidos na transformação do sector privado nacional no motor de crescimento económico do país.

'LEASING' DE AVIÕES

Angola desiste da TAP

EXPRESSO, 4.3.95

A COMPRA de um Boeing 707, pela Presidência da República de Angola a Israel, num valor estimado em mais de 50 milhões de dólares, deverá levar Luanda a abdicar definitivamente, a partir de agora, do concurso de um segundo avião, normalmente fretado à TAP sempre que o Lockeed, alugado em sistema de «leasing» à companhia aérea portuguesa, era posto ao serviço do Presidente Eduardo dos Santos.

«A partir de agora, a TAAG deixa de ter necessidade de recorrer à TAP para alugar um segundo Lockeed por causa das viagens do Presidente, que causavam enormes despesas à companhia, e muito dificilmente também cederá à tentativa dos portugueses de despacharem um novo Lockeed, devido à sua acção pelo Airbus», disse uma fonte da companhia aérea angolana, que não entende, entretanto, por que razão Angola continua a despender tanto dinheiro com o aluguer do Lockeed: **«Com o montante gasto até hoje com o afretamento, já o teríamos pago».**

A aquisição do avião, que está a suscitar alguns protestos em diversos círculos políticos da oposição, foi defendida por uma fonte do secretariado do Conselho de Ministros, como uma forma de libertar a TAAG de sobrecargas financeiras e de compromissos duplicados de

Angola paga 50 milhões de dólares por um Boeing 707 para a Presidência da República

voos, que obrigavam a companhia aérea angolana a recorrer a um segundo Lockeed da TAP, sempre que houvesse deslocações presidenciais.

A oposição, confrontada com esta compra, alega **«extemporaneidade na referida operação»**, perante a mais grave crise económica e financeira que o país atravessa desde a independência. O aparelho, dotado do sistema «hush-kit» e apetrechado com os meios mais sofisticados para acomodação presidencial, está adstrito às forças armadas. Para ultimar os preparativos para a sua aquisição, Eduardo dos Santos fez deslocar a Telavive, uma delegação ao mais alto nível, que integrava o ministro dos Transportes, Luís Brandão, o chefe do Estado Maior da Força Aérea, general Pedro Neto, e o chefe da casa militar da Presidência da República, general Osvaldo Van-Dunem.

«Política de esbanjamento»

A verdade, porém, é que se esta compra pode ser sustentada pelo Governo como um imperativo de Estado, já a oposição questiona a sua oportunidade, devida **«à política de esbanjamento e à cultura do desperdício»** praticada pelo regime de Luanda, cujo descontrolo do elevado montante da dívida externa e os altos índices de corrupção, segundo o ministro do Planeamento e Coordenação Económica, José Pedro de Morais, colocam neste momento Angola na lista negra dos países sem acesso ao crédito internacional.

Em diversos meios políticos admite-se que Angola, perante a canalização de verbas para «fins de Estado» pouco claros para organismos internacionais, e face à pressão norte-americana para que comparticipe nas despesas ligadas à instalação da UNAVEM III em Luanda, não teria outra saída senão **«arcar com as responsabilidades inerentes a um Estado soberano que, se pode ter governantes que solicitam em nome de Angola empréstimos para o país, por maioria de razão tem que assumir financeiramente o ónus da gestão da paz»**, afirmou um diplomata ocidental.

O Governo, segundo apurou o EXPRESSO, dispõe-se agora a libertar cerca de 6,5 milhões de dólares da sua «reserva de contingência» para esse efeito. Os «capacetes azuis», que exigem garantias de iluminação das pistas em todos os aeroportos e o recurso a controladores de tráfego aéreo próprios, deverão contar também com mais de 10 milhões de dólares para a aquisição de armazéns portuários e aeroportuários.

Entretanto, um funcionário das Nações Unidas disse que o Governo terá de desembolsar ainda cerca de 9 milhões de dólares para proceder à reabilitação dos aeródromos do Huambo, Uije, Malange, Kuito, Soyo e M'Banza Congo.

GUSTAVO COSTA
correspondente em Luanda

Reunião ministerial debate novo órgão

NOVO JORNAL, 4.3.95

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos onze países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) iniciaram ontem, sexta-feira, em Harare uma reunião para debate da criação de um fórum alargado em substituição da Linha da Frente.

O ministro zimbabueano dos Negócios Estrangeiros, Nathan Shamuyarira, declarou na sessão de abertura do encontro que este se destina a "definir os parâmetros da nova organização" que substituirá a Linha da Frente. Shamuyarira disse que a democratização da África do Sul eliminou a existência de uma "linha da frente" na região e constituiu o culminar da luta pela libertação do continente iniciada há três décadas.

O mandato da nova organização, que incluirá países que nunca fizeram parte da anterior Linha, como o Malawi, a Suazilândia, o Lesoto e a África do Sul, deverá delinear formas para "consolidar as nossas independências e promover a cooperação regional", segundo Shamuyarira.

Uma das áreas de actuação destacada do novo órgão será a prevenção

África Austral — por uma nova era de cooperação regional...

de conflitos na região. O presidente zimbabueano, Robert Mugabe, afirmou quinta-feira que os países da região devem tentar resolver os seus próprios conflitos em conjunto, antes de recorrerem às Nações Unidas. Falando numa recepção para os ministros estrangeiros que participam na reunião de hoje da SADC, Mugabe afirmou que há "a tendência de correr para a ONU quando um conflito eclode", devendo a sugestão de que "esse organismo fosse o nosso último recurso".

Fontes diplomáticas aventam a hipótese de a reunião poder vir a discutir igualmente a alocação do novo sector da SADC ligado à cooperação política, resolução de conflitos, diplomacia e segurança. Crê-se que o Zimbabué virá a coordenar este sector, dado o papel activo desempenhado pelo presidente Mugabe na mediação de conflitos na região.

A sua mais recente intervenção foi há cerca de duas semanas, quando tentou mediar o conflito entre o Botsuana e a Namíbia, na disputa da pequena ilha de Kasikili/Sidudu, no Zambeze. Contudo, essa sua actuação fracassou, tendo os países em disputa acordado apenas remeter o assunto para o Tribunal Internacional.

Angola: primeiro teste

O primeiro teste ao novo órgão, caso a sua criação seja decidida neste encontro, será a sua intervenção para tentar a solução do conflito angolano, que está a assumir contornos difíceis para o mediatismo do seu processo de paz e representante especial do secretário-geral da ONU em Angola, o malinês Alioune Blondin Beye.

Sexta-feira, Shamuyarira disse em Harare que a situação em Angola "tem vindo a causar grande preocupação. Estamos a constatar que as tropas do governo e da Unita se encontram em estado de confrontação" e pretende-se "tentar encontrar uma solução".

A Linha da Frente, entretanto extinta, compreendia Angola, Botsuana, Moçambique, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué, membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC).

Observadores afirmam que, em caso de crise, o novo órgão poderá transformar-se num fórum de intervenção de resolução de conflitos, antevendo-se a possível implementação de um mecanismo coordenador de operações de manutenção de paz.

Os chefes de Estado da Linha decidiram, no ano passado, em Harare, que o grupo deveria manter-se mais inserido na SADC.

Participam na reunião ministros dos Negócios Estrangeiros de Angola, Botsuana, Lesoto, Malawi, Suazilândia, Namíbia, Moçambique, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

DA PENA PRA FORA

Aprendizes de feiticeiro!

NOVO JORNAL, 4.3.95

DONATO LOPES BRITO

A democracia chegou ao nosso país, e veio para ficar como diz a publicidade. Graças às lestadas que tão fortemente sopraram, à clarividência de Gorbachov e ao inquebrantável anseio do povo destas ilhas à liberdade. Não é uma democracia perfeita como todos gostaríamos de ter. Mas é uma democracia real com muito menos defeitos que a sua juventude fazia prever.

Da decrépita e moribunda ditadura, rejeitada de forma inequívoca, absoluta e indiscutível, nem cinzas deviam ficar. Deviam-se apagar de vez na memória da nossa gente as lembranças de um tempo de injustiça, de crueldade, de servilismo, tortura, de prisões arbitrárias, enfim... um tempo de mordaças, de vendas nos olhos, de sofrimento. De um tempo em que a justiça, a solidariedade, a fraternidade, a amizade só tinham um sentido: o de quem podia, queria e mandava. De um tempo em que a inteligência e a clarividência eram exclusivas de uma classe de quem podia, queria e mandava - do tempo de partido único, o PAIGC/CV.

A democracia tem virtualidades que encerram em si mesmas, na sua generosidade alguns defeitos. Assim, só ela é suficientemente tolerante e permissiva para admitir a coexistência com aqueles que são os seus inimigos mais ferozes. Nenhum regime permite isso: Trazer à ribalta aqueles que sempre a desprezaram, sempre a ignoraram e que querem, usando e abusando agora do nome, voltar a ocupar os mesmos lugares para exercerem a tirania.

Não! Não permitimos isso e não deixaremos enganar por um discurso que sustenta, na arrogância e no atrevimento, despudoradamente, a mais gritante hipocrisia política.

É hoje absolutamente normal ver e ouvir os dirigentes do partido da ditadura e da opressão exibir a bandeira da democracia. Mais!... falar no seu défice. Ninguém conhece as suas referências.

Com certeza que não serão as mesmas da "democracia nacional revolucionária"! Ou serão?!

É bom saber-se que do léxico da democracia tenham absorvido determinadas palavras. Melhor seria que não se tivessem ficado só em palavras... Que tivessem também assimilados os seus conceitos, o que é um pouco mais difícil, mas não impossível para os mais novos.

Por isso temos muita dificuldade em acreditar, e só uma reserva intelectual não nos deixa dizer que é impossível que zelosos funcionários do "partido", parasitas da máquina burocrática, meninos de recado da "numenklatura", sem outra cultura que não a do poder e do servilismo, se transformem de repente em catedráticos da democracia. Perguntamo-nos inúmeras vezes, onde é que aprenderam a democracia que tanto clamam, e de onde vem tamanha pretensão. O facto de terem recentemente decorado alguns chavões do discurso democrático, que normalmente introduzem desastradamente, não é por si só suficiente para se considerarem democratas.

Uma panorâmica pelos seus currículos dá-nos a dimensão exacta da democracia que tão profundamente interiorizaram. É a democracia de partido único que aprenderam na antiga Cuba, na Ex-União Soviética, na ex-RDA e no interior do PAICV onde fizeram e fazem carreira. Daí confundirem o jogo democrático com conspiração. E só assim se compreende o desastre que tem sido a intervenção política dos seus dirigentes: pedem a dissolução da Assembleia por falta de suporte maioritário, e hoje referindo-se ao mesmo grupo dizem "por imposição da vontade da maioria"; anunciam que há manipulação da comunicação social porque a Televisão está ausente da conferência de imprensa tardiamente por eles convocada e é a própria TNCV que apresenta a imagem de que estava lá, desmentindo-os categóricamente; dizem que lamentam que tal sessão da Assembleia Nacional tenha sido à porta fechada, quando são eles que votam o "fecho das portas"; insurgem-se contra a não-transmissão integral na RNVC das sessões da Assembleia Nacional e acusam o Governo de manipulação quando há quase dois meses que o líder parlamentar tem em mãos a acta da reunião dos trabalhadores da Rádio (onde têm muitos e influentes adeptos) que contempla tal deliberação com indicação expressa para reagir e não o fez, e quando fez, fê-lo ofendendo grosseiramente todos os profissionais da RNCV; reivindicam um Ministério da Emigração e são eles que dizem que "só são cabo-verdianos os que residem em Cabo Verde, os outros são estrangeiros"; afirmam que a Câmara da Praia é ilegal e não a processam, como seria normal em democracia; falam em corrupção e não se dirigem aos tribunais, limitando-se, leviana e irresponsavelmente, a conversas de escárnio e mal-dizer nas edições semanais do seu panfleto.

Mas que credibilidade, meus senhores! Onde é que estará a seriedade, ao menos dos propósitos?

É compreensível a incapacidade do PAICV em adaptar-se à democracia e aceitar os novos desafios da modernidade. Foi organizado e estruturado para agir em regime de partido único. E os seus militantes, mas sobretudo os seus dirigentes não têm outra cultura política. Nasceram, cresceram e formaram-se em regimes ditatoriais e totalitários. E não tiveram carácter, personalidade ou discernimento para reagir. É assim que continuam a confundir burocratas do partido com políticos, gestão partidária com gestão pública, verborreia com competência e mentiras e conspiração com política.

Convenhamos, que não seria patriótico deixar que os destinos do País caísse nas mãos desses senhores. Seria um desastre completo.

Diz o povo que é quem mais ordena, que "Gato escaldado, de água fria tem medo".

Por isso, continua a ser um dever patriótico, combater o PAICV!

Ditadura nunca mais!

HOJE ESCREVO EU

NOVO JORNAL, 4.3.95

Onésimo à beira da derrota

BITUMELO

Tudo indica que o MpD e a sua equipa, encabeçada pelo arquitecto António Jorge Delgado "desenha" já a vitória para a presidência da Câmara de S.Vicente. O eleitorado mindelense, constituído por muitos cabo-verdianos residentes nesta ilha há vários anos mas oriundos das outras ilhas, com a predominância dos santantonenses, estão a seu lado.

O que nos leva a fazer estas afirmações, baseia-se no tomar de pulso à forma como as pessoas vêm aderindo à mensagem que o MpD e a sua equipa tem vindo a transmitir em diversos bairros e localidades da ilha, através dos seus comícios — que, diga-se de passagem tem mobilizado milhares de munícipes com intenção de voto.

Este quadro vem contrariar o vaticínio de certos observadores da oposição que têm vindo a pronunciar-se sobre uma hipotética vitória de Onésimo Silveira nestas eleições.

Dificilmente Onésimo Silveira conseguirá evitar o "sucumbir" ao "terramoto" que a maioria dos eleitores mindelenses prevê para o dia 5 de Março.

O eleitorado mindelense está cada vez politicamente mais maduro, sabe o que quer, e prova disso está extremamente motivado para participar nestas eleições. É o reflexo do descontentamento popular devido à traição do ex-edil mindelense ao povo de S.Vicente, que tem agora uma oportunidade única de o penalizar nas urnas.

A verdade é que a abstenção prevista atingirá um dos valores mais baixos dos últimos tempos.

O PAICV, que vem fazendo uma "travessia do deserto" face à sua derrota em 1991, continua em queda acentuada, mantendo a sua desvalorização deslizante. Também não será ainda desta vez que conseguirá ressuscitar-se.

Diz quem sabe, que na política, correr uma corrida de cem metros é uma coisa, e outra é aguentar uma maratona até ao fim. Porque um partido com maus dirigentes, por mais que se esforce, por mais *marketing* político ou eleitoralista que possa fazer, nunca conseguirá ter uma boa imagem. Se não tiver convicções políticas próprias que possa vir ao encontro dos interesses do eleitorado, será impossível "vender-se" ao povo.

Por outro lado, um bom "partido" com bons dirigentes e gestores da coisa pública, pelo contrário, é facilmente aceite pela opinião pública.

Ao contrário do que muita gente possa pensar, o eleitorado de S.Vicente em particular e do país em geral, tem dado prova e continuará a dá-las nos momentos certos e históricos, escolhendo em consciência os seus lídimos representantes.

Os políticos e os partidos de convivência anti-democráticas não têm espaço no nosso sistema, são naturalmente cíclicos e por isso nascem, vivem, mas também morrem. De desejar é que estes fiquem bem enterrados para não renascerem das cinzas nem a curto e nem a médio prazo.

"O PAICV, que vem fazendo uma "travessia do deserto" face à sua derrota em 1991, continua em queda acentuada, mantendo a sua desvalorização deslizante. Também não será ainda desta vez que conseguirá ressuscitar-se"

Notícias Africanas

LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259

CFI em Cabo Verde

NOVO JORNAL, 4.3.95

O governo de Cabo Verde e o de França assinaram, ontem, um acordo de cooperação no âmbito do qual o Canal France International(CFI) passará a ser transmitido nas ilhas de Santiago e S.Vicente.

O acordo assinado, segundo um comunicado, num montante de um milhão e quinhentos mil francos franceses, destina-se, igualmente, à aquisição de equipamento para a transmissão das emissões do CFI em território nacional, bem como a acções de formação destinadas aos órgãos de comunicação de Estado, nomeadamente a Cabopress e a Televisão Nacional.

Cabo Verde verá, assim, ampliado o seu leque de escolha, em termos televisivos, ao mesmo tempo que tomará contacto, mais de perto, com a realidade francesa, sua língua e cultura.

Por outro lado, sendo a França um país que acolhe uma muito importante comunidade cabo-verdiana emigrada, o conhecimento da realidade desse país, a nível político, económico, social e cultural, só poderá trazer benefícios a ambos os países, possibilitando uma maior e melhor integração no país de acolhimento.

A população de Santiago e S.Vicente, dentro de muito pouco tempo, poderão escolher entre as emissões da RTP Internacional, Canal France International e a Televisão Nacional de Cabo Verde.

Com esta assinatura, abre-se mais um leque aliciante para os telespectadores e mais um salutar desafio para os profissionais da Televisão Nacional de Cabo Verde.

O acordo de cooperação foi assinado, pela parte cabo-verdeana, pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, José Tomás Veiga, e pela parte francesa, em representação do ministro francês da Cooperação, assinou o embaixador de França no nosso país, François Chappellet.

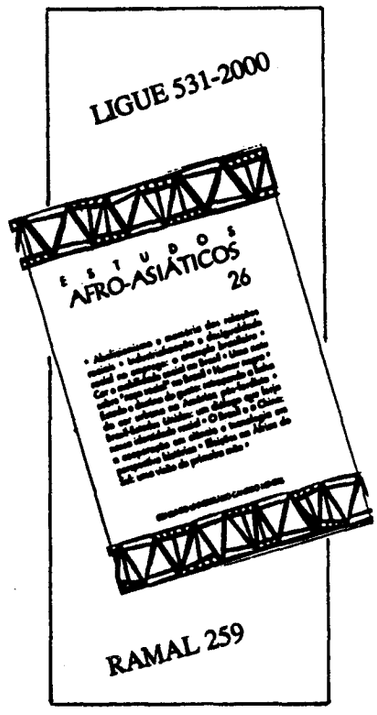
Novo director-geral do Protocolo

Por outro, o ministro dos Negócios Estrangeiros conferiu posse quinta-feira, no cargo de director-geral de protocolo do Estado, a Daniel Soares Oliveira, segundo secretário de Embaixada.

Daniel Oliveira exerceu as funções de chefe de protocolo, de 1982 a 1985, data em que seguiu para Brasília, onde fez, no Itamaraty, o curso de preparação à carreira diplomática.

Em 1987, de regresso a Cabo Verde, foi colocado na embaixada do nosso país no Senegal, onde se manteve até Agosto de 1994.

Após o seu regresso ao país, o mesmo foi nomeado director de serviços da direcção geral de Assuntos Políticos e Culturais, cargo que ocupou até este momento.



Ministro contra Presidente

PÚBLICO, 5.3.95

APESAR de ser ministro do Interior, o líder do partido sul-africano Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, não se inibiu ontem de acusar o Presidente da República, Nelson Mandela, de arrogância e agressão.

Ao falar em zulu na abertura de uma conferência de dois dias organizada pelo Inkatha para debater se deve ou não continuar no Governo de Unidade Nacional, Buthelezi comparou a actuação de Mandela e do ANC com a dos políticos brancos que dirigiam sozinhos a África do Sul antes das eleições gerais do ano passado.

O ministro do Interior retirou o mês passado da Assembleia Constituinte os senadores e deputados do Inkatha, sob a alegação de que o Presidente Mandela não está a cumprir as promessas eleitorais de que recorreria a mediação internacional para resolver alguns aspectos da autonomia regional, designadamente no que diz respeito à província do Kwazulu-Natal.

"O Presidente prefere insultar-nos", alegou Buthelezi perante 3000 delegados à conferência do seu partido, em Ulundi, numa região predominantemente habitada por zulus, que constituem a etnia mais numerosa da África do Sul, com perto de um quarto da população total.

A polícia disse que dois militantes do Inkatha foram mortos sexta-feira à noite e 17 feridos em dois ataques de homens armados, respectivamente a leste de Joanesburgo e no interior do Kwazulu-Natal, uma das nove províncias sul-africanas.

O condutor de uma carrinha que faz serviço de táxi e uma das passageiras foram mortos e 13 outros ocupantes do veículo ficaram feridos quando o mesmo foi alvejado, a caminho de Ulundi, a partir de outro carro.

Quatro pessoas ficaram entretanto feridas no ataque a um autocarro que levava para a conferência 60 militantes do Inkatha residentes na região de Joanesburgo. E receia-se que hoje se verifiquem mais actos de violência, quando os partidários de Buthelezi encetarem o regresso a casa.

Frágil unidade

Analistas económicos e políticos citados pela agência Reuter receiam que o boicote da Assembleia Constituinte pelo Inkatha, que teve cerca de 10 por cento dos votos nas eleições do ano passado, ameace a frágil unidade do país e anule a confiança dos investidores, numa altura em que o Governo anda empenhado em atrair capital estrangeiro.

Os delegados aplaudiram ontem Buthelezi quando este leu um discurso de 21 páginas em que apresentou as dificuldades que o seu partido afirma sentir numa Assembleia Constituinte fortemente dominada pelo ANC, que conseguiu mais de 62 por cento dos votos de todo o país.

"O Presidente Mandela está a ameaçar-nos hoje tanto quanto o antigo Presidente Botha o costumava fazer, com todo o poder do Estado sul-africano, que pretende usar para oprimir o nosso protesto, silenciar a nossa oposição e eliminar a nossa divergência", disse o líder do Inkatha, que no Governo se senta ao lado do ANC e do Partido Nacional, de Frederik de Klerk.

A conferência de Ulundi deverá decidir se os senadores e deputados do partido vão ou não reocupar os seus lugares e se os três ministros do Inkatha, incluindo Buthelezi, permanecem ou não no Governo de Unidade Nacional, que em princípio deverá dirigir a África do Sul até 1999. ■

Inkatha deixa boicote

PÚBLICO, 6.3.95

O PARTIDO sul-africano Inkatha decidiu ontem, durante uma conferência especial, que os seus senadores e deputados vão regressar à Assembleia Constituinte, dando mais um mês ao Presidente, Nelson Mandela, e ao vice-presidente, Frederik de Klerk, para submeterem a mediação internacional as divergências sobre alguns aspectos constitucionais, nomeadamente os relativos à monarquia zulu.

Por outro lado, o conclave partidário — que principiou no sábado e hoje termina — aprovou o pedido do respectivo líder, Mangosuthu Buthelezi, no sentido de o governo provincial do Kwazulu-Natal, controlado pelo Inkatha, redigir durante os próximos seis meses uma constituição regional que garanta a esse território o máximo de autonomia.

O Inkatha, que a nível nacional obteve dez por cento dos votos nas eleições do ano passado, pretende a concretização do prometido recurso a medianeiros internacionais para uma autonomia muito forte da província onde se situa o reino tradicional zulu.

No entanto, muitos sul-africanos entendem que a discussão sobre um papel especial a atribuir ao rei Goodwill Zwelithini já perdeu bastante actualidade, uma vez que o Presidente Mandela conseguiu desvincular o soberano do Inkatha e o trata de facto como o chefe histórico do maior grupo étnico do país.

Para certos comentaristas, o que Buthelezi, minis-

Continua na pág. 10

São Vicente desafia a Praia

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

PÚBLICO, 7.3.95

A reeleição de Onésimo Silveira demonstra que este autarca é uma figura incontornável na política cabo-verdiana e que se prepara para se afirmar na cena nacional. Mas é também o desfecho provisório dum braço-de-ferro entre a "dignidade" de São Vicente e o poder central.

Onésimo Silveira foi reeleito domingo, por maioria absoluta, presidente da Câmara Municipal de São Vicente, o que lhe permite formar sozinho o seu novo executivo camarário. A incógnita agora em Cabo Verde é saber como serão as relações entre o autarca mindelense e a Cidade da Praia nos próximos nove meses de mandato que ainda sobram aos dois.

Por se tratar de uma eleição intercalar e não de uma eleição antecipada, a câmara eleita domingo em S. Vicente visa apenas completar o mandato da anterior, o que significa que os são-vicentinos voltarão às urnas dentro de poucos meses, quando todo o arquipélago for de novo chamado a exercer um direito conquistado há cinco anos, altura em que o antigo regime de partido único do PAICV resolveu abraçar a democracia.

A eleição de domingo deixou entretanto tudo praticamente na mesma. Ela foi convocada há três meses, na sequência da renúncia de Onésimo Silveira por causa de um conflito com o Governo central, conflito suscitado a partir de uma polémica entre o autarca e o delegado da Televisão Nacional de Cabo Verde (TNCV) em S. Vicente, o jornalista Tozé Barbosa, pessoa por ele acusada de ser um instrumento político do Movimento para a Democracia.

Divulgados os resultados desta eleição, Onésimo Silveira, figura controversa do mundo político e intelectual cabo-verdiano, não perdeu tempo e revelou que tenciona concorrer, em Dezembro, à Assembleia Nacional, suscitando interesse sobre os modos como pretende concretizar o desejo.

Por agora tem dois caminhos: avançar com a transformação da associação cívica Espaço Democrático, por ele dirigida, em partido político, ou associar-se a uma das quatro forças políticas já existentes: MpD, PAICV, UCID ou o recém-criado PCD, cuja legalização se aguarda para breve.

As duas ilhas

A ilha de S. Vicente, à semelhança da Praia, possui 10 dos 76 mandatos actualmente previstos na lei, o que demonstra o seu peso no cenário nacional. E, querendo ou não, a reeleição de Onésimo Silveira serviu para demonstrar que ele é uma figura incontornável quando o assunto é o futuro político da segunda mais importante ilha de Cabo Verde, depois de Santiago, onde se situa a capital do país, Cidade da Praia.

Mesmo parecendo ter enfrentado dificuldades em explicar à população os motivos que o levaram a renunciar à presidência da Câmara, para logo de seguida concorrer a um novo mandato de nove meses com a mesma equipa camarária, Silveira e o seu Movimento para o Renascimento de S. Vicente (MPRSV) obtiveram 51,4 por cento dos votos.

Mas mais uma vez a abstenção voltou a ensombrar a disputa eleitoral em Cabo Verde: dos 33 mil eleitores, apenas 46,5 por cento afluíram às urnas, embora um pouco mais do que nas autárquicas de 1991. Quatro anos depois, o desemprego continua a ser o principal problema do país e particularmente de S. Vicente, uma ilha que outrora jogou um papel importante no xadrez cabo-verdiano.

Natural do Mindelo, Onésimo Silveira tem procurado precisamente explorar esse facto, tendo feito a sua campanha com base no slogan "levantar São Vivente na dignidade", numa alusão também à resposta que quis dar ao Governo por se ter negado a afastar o jornalista Tozé Barbosa da direcção da TNCV na ilha.

Iniciada a corrida, o MpD jogou forte com o seu líder local, António Jorge Delgado, tendo o próprio primeiro-ministro Carlos Veiga ido ao Mindelo encerrar a campanha do seu candidato como forma de lhe atrair votos. E, mesmo assim, Delgado obteve apenas 28,4 por cento.

O PAICV, que concorreu com Nelson Atanásio Santos, não passou dos 17,4 por cento. A União Cabo-Verdiana Independente e Democrática (UCID), que apesar dos seus 18 anos de existência participou pela primeira vez num acto eleitoral, ficou-se nos 2,8 por cento, tendo destacado apenas pela campanha cívica e pedagógica do seu candidato, Francisco Silva.

Analisados os números constata-se que o MpD foi a única força política que, em relação às autárquicas de 1991, conseguiu aumentar o seu "score", registando um crescimento de 7 por cento, enquanto o MPRSV caiu 9 por cento e o PAICV 1 por cento.

Questiona-se a partir de agora qual será a postura de Onésimo Silveira perante o Governo central. Segundo o autarca, tudo vai depender da Praia face às suas reivindicações com vista a "levantar S. Vicente na dignidade". ■

Continuação da pág. anterior

Inkatha deixa boicote

Mangosuthu Buthelezi

tro do Interior, pretende é uma Constituição da África do Sul de carácter verdadeiramente federal, com larga autonomia para cada uma das nove províncias, mormente aquela onde o Inkatha está mais implantado. E não pura e simplesmente o reconhecimento de um estatuto especial para o rei seu sobrinho, que sempre procurou tutelar, servindo-se dele em proveito próprio.

Durante os trabalhos da conferência de Ulundi, o vice-líder do Inkatha e primeiro-ministro do Kwazulu-Natal, Frank Mdlalose, deu a entender que o terceiro partido da África do Sul poderá vir a reconsiderar a sua participação nas eleições autárquicas que estão previstas para o mês de Outubro mas sobre as quais ainda há muitas dúvidas.

Apenas uma pequena parte da população sul-africana é que se registou até agora nos cadernos eleitorais e o desinteresse é particularmente notado no Kwazulu-Natal, onde apenas um por cento do eleitorado potencial se deu ao trabalho de efectuar o registo.

Grande atraso nos cadernos eleitorais

As eleições legislativas de Abril do ano passado, as primeiras abertas a todos os cidadãos da África do Sul, foram excepcionalmente efectuadas sem a existência de cadernos eleitorais; e por isso a maioria da população ainda não conseguiu entender a necessidade desse procedimento burocrático para que tudo possa ser organizado da melhor forma possível.

Se dentro de oito semanas não se tiver avançado substancialmente na elaboração das listas de eleitorais, então talvez já não haja este ano as autárquicas que deveriam aprofundar a democratização da sociedade sul-africana, após quase meio século de prática oficializada do "apartheid".

Os primeiros dez meses após a formação do Governo de Unidade Nacional em que estão lado a lado Mandela, De Klerk e Buthelezi correram relativamente bem, mas há grandes receios de que em qualquer altura o processo possa começar a descambar, deixando assim a África do Sul de continuar a ser o farol de esperança em que se tornou ao ir pela primeira vez às urnas de forma ordeira e universal. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

PÚBLICO entrevista arquitecto Mário Trindade: património lusófono da Ilha de Moçambique consumido em fogo lento

Novas da pátria de Próspero

PÚBLICO, 6 3.95

Claro Barata

Foi na Ilha de Moçambique que Vasco da Gama conseguiu um piloto árabe para alcançar a Índia, em 1498. Quinhentos anos passados, há um novo caminho a descobrir: o da recuperação de um espectacular património ali edificado, que resume os contactos entre culturas promovidas pelas andanças dos portugueses. Mas, para além da distância, há que conseguir reconciliar a população africana com aqueles edifícios. Voltar a unir uma ilha partida ao meio.

Mulheres da ilha, 1983

Nos cerca de 400 edifícios construídos na Ilha de Moçambique durante a administração portuguesa do território, do século XVI ao XX, misturam-se requintes de culturas asiáticas, europeias e africanas, com tal graça e originalidade que foram consideradas Património Mundial pela UNESCO, em 1991. Mas a ruína parece ser o seu destino certo — 80 por cento dos imóveis estão já bastante degradados. A visita do subsecretário de Estado da Cultura português a Moçambique, esta semana, por ocasião da realização da quinta feira do livro português, alertou uma associação criada para promover o desenvolvimento da ilha. Mas afinal ainda não será desta que desencalhará aquela à qual o poeta Rui Knopfli chamou "A Ilha de Próspero".

O subsecretário de Estado encurtou a sua estadia em Moçambique e cancelou a deslocação à ilha, onde pretendia avaliar as possibilidades de o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (Ippar) participar na recuperação da ilha — por onde passaram comerciantes europeus, árabes e asiáticos, escravos negros, transportados para tantos outros lugares do mundo, e portugueses em busca de aventura e fortuna. "Mas mantenho-me aberto a avaliar um projecto nesse sentido. Tudo depende do Governo moçambicano", disse Manuel Frexes ao PÚBLICO.

Estas notícias soaram bem e mal ao mesmo tempo a Mário Trindade, arquitecto, director nacional do património edificado de Moçambique entre 1984 e 1988, e membro da Associação Amigos da Ilha de Moçambique — uma organização criada em 1982, com o Presidente da República de Moçambique de então, Samora Machel, entre os associados. O objectivo era constituir um "lobby" para conseguir apoios destinados à recuperação da ilha.

"Não estou a ver a eficácia de enviar para lá uma brigada do Ippar, um arquitecto e uma equipa de pedreiros, não vejo o que é que poderiam fazer", disse ao PÚBLICO Mário Trindade, na sua casa do Porto. O necessário, afirma, é ir além da pintura das fachadas. "O levantamento da ilha está todo feito. O problema é conseguir recuperar o património dentro de um quadro de desenvolvimento".

A guerra que conquistou o país durante 20 anos relegou para segundo plano nobres preocupações como a conservação da ilha, que, para além de importante entreposto comercial português no Índico, foi a primeira capital do país, antes de Maputo. Dois anos passados sobre a assinatura da paz, e consagrada a legitimidade do Governo através de eleições, renascem esperanças. Entre elas está a da Associação, que decidiu regressar à carga, em força. Fora de casa, "porque não é em África que trabalham os 'lobbies'".

Dividida ao meio

Em Janeiro, Mário Trindade foi mandatado pela Associação, sediada em Maputo, para procurar capitais financeiros e políticos suficientes para encetar a recuperação da ilha — não só do património, como da própria vida da comunidade. "O objectivo passa tanto pela recuperação do património como pela reabilitação da vida na ilha", afirma o arquitecto.

O problema desta estreita faixa de terra (quatro quilómetros de comprido por 500 metros de largo) frente à província de Nampula, por onde também andou Camões, começa num pormenor curioso: "A ilha está dividida ao meio", explica Mário Trindade. "Na ponta Norte, estão os edifícios patrimoniais de alvenaria, vazios e em ruínas. No outro extremo vivem cerca de dez mil pessoas, em casas tradicionais".

Antes de mais, há que reconciliar a população da "cidade de macúti", onde se concentram 85 por cento dos habitantes, com aqueles edifícios de pedra e cal que lhe são ao mesmo tempo tão familiares como estranhos. Macúti é o nome da cobertura de folhas de palmeira usadas nas casas africanas.

"Uma nítida linha transversal divide a ilha em duas tipologias diferentes de construção, duas organizações do espaço urbano, dois tipos de vida que se excluíam", explica. Não foi por pura rejeição dos tempos coloniais, ou por respeito pelo património, que a população não ocupou os edifícios grandiosos da ilha — cuja firmeza é atestada pelos séculos que levam de pé — após a independência. "Muito pesará nesta atitude o distanciamento cultural das populações à forma de habitar que esses edifícios transmitem", afirma o arquitecto.

Se Portugal decidir empenhar-se na recuperação do património ali existente, terá de pensar em realizar "uma operação integrada de desenvolvimento", defende o porta-voz em Portugal da Associação da Ilha de Moçambique. Em suma, não ignorar as pessoas que lá vivem, e buscar o seu envolvimento. "O que é que se faz a uma ilha que tem seis igrejas cristãs, mas apenas dez católicos?", ironiza Mário Trindade.

"Há que rentabilizar a vida dos habitantes da ilha". Ou seja, começar a construir a casa pelas fundações. O que, neste caso, quase tem um sentido literal: construir uma rede de esgotos, que não existe, e um sistema de abastecimento de água adequado, por exemplo. E depois disto, tantas outras coisas, como criar condições para o desenvolvimento económico da comunidade, que hoje em dia é essencialmente recolectora e não produtora.

Somadas a criação de infra-estruturas básicas e económicas, então poder-se-á passar para o plano do "desenvolvimento científico e cultural", como chama Mário Trindade à terceira das "três vertentes indissociáveis" de qualquer projecto de desenvolvimento integrado em África. "Actos isolados, acções parcelares, não resultam", declara.

Por isso, a Associação defende a instalação de utilizações nobres nos edifícios de valor histórico — pólos universitários adequados à posição estratégica que a Ilha de Moçambique ocupa no Índico, como estudo das civilizações e da presença da língua portuguesa no Oriente, ou das doenças endémicas da região —, como forma de fazer a população beneficiar da recuperação patrimonial, envolvendo-a na conservação dos imóveis. Na prática, construir uma espécie de Óbidos — "embora menos acessível, talvez mais parecido com algumas cidades patrimoniais que existem no Brasil, no Recife e em Minas Gerais", diz Mário Trindade.

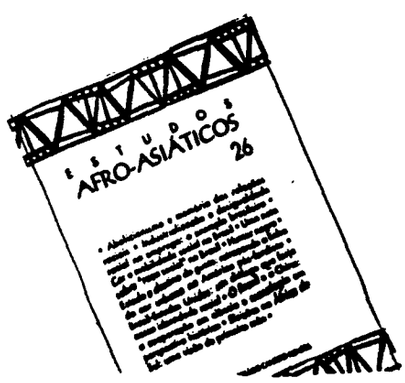
Em busca de uma fundação

A lógica da proposta da Associação de Amigos da Ilha parece inquebrável. Mas emperra nos obstáculos clássicos: falta de dinheiro e de uma entidade com prestígio suficiente para conduzir o barco. "Claro que tudo isto é utópico. Seriam precisos muitos milhões para o concretizar", reconhece Mário Trindade.

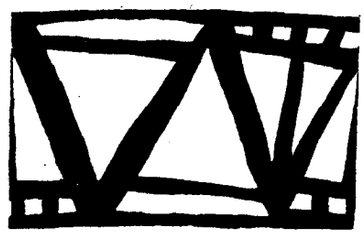
É por isso que a hipótese mais desejada pela associação, e o objectivo pelo qual se propõe lutar, é a criação de uma fundação que congregasse entidades de prestígio como por exemplo a Gulbenkian e a Fundação Oriente, entre outras, com o aval da UNESCO — que em breve deverá enviar uma delegação à ilha, para estudar as medidas aconselháveis para a conservação do património.

"Não se pode brincar com assuntos sérios. É verdade que, para Moçambique, a ilha tem um interesse marginal. Só muito forçadamente é que se acha alguma relação entre a realidade de país e aquela maneira de construir", que apresenta nítidas influências indianas. Muita da mão-de-obra que construiu a fortaleza de São Sebastião, que domina um dos extremos da ilha, veio de Diu. "Não se pode exigir ao Governo moçambicano que se distraia com uma coisa tão insignificante face às carências de toda a ordem que o país enfrenta", afirma o porta-voz da Associação.

"Mas antes Portugal tem de fazer as contas, decidir se lhe interessa, verdadeiramente, preservar este património", desafia Mário Trindade. "Senão, mais vale assumir a desistência, de uma vez por todas. Um meio-termo não é possível", remata. "Com certeza, a UNESCO tentará buscar a participação portuguesa para avançar com a recuperação da ilha. Não será desconfortável ser a UNESCO a vir ter connosco, em vez de sermos nós a ir ter com eles?", interroga. ■



LIGUE (021)531-2000
RAMAL 259



Balanço da missão da ONU em Moçambique

Depois do adeus

PÚBLICO, 8.3.95

José Pinto de Sá, em Maputo

As Nações Unidas concluíram com relativo êxito o seu mandato em Moçambique. Da Onumoz apenas permanecem ainda em Maputo alguns elementos ligados à logística, encarregados de desmontar o enorme aparelho e fechar contas. Mas deixaram, e levaram, muitas heranças.

O Hotel Rovuma, onde esteve instalado o Estado-Maior da Onumoz, já foi devolvido à sua vocação e os turistas substituíram os militares e peritos de 29 países que durante dois anos marcaram a presença das Nações Unidas na capital. Por todo o país a partida dos soldados da paz também se fez sentir, designadamente nos restaurantes e discotecas. Na Feira Popular de Maputo, as jovens prostitutas passam as noites sentadas pelos bares, sozinhas, recordando os dias dourados em que os soldados da ONU ali iam gastar os dólares.

Uma parte do pessoal das Nações Unidas já seguiu para Angola, embora o Ruanda, o Haiti e a Guatemala também tenham recebido peritos e voluntários que trabalharam na Onumoz. A Unavem também herdou o numeroso parque de viaturas brancas, com as letras "NU" pintadas a negro, ou melhor, o que dele sobreviveu ao estilo "far west", que caracterizava a conduta dos capacetes azuis.

Muitos automobilistas moçambicanos receiam que fiquem por pagar as indemnizações que lhes são devidas na sequência de acidentes de viação envolvendo veículos da Onumoz. Até ao momento, a seguradora Manica Freight Services apenas reembolsou 40 dos automobilistas lesados, mas garante que vai honrar os seus compromissos referentes a todos os 127 processos que lhe foram enviados.

No entanto, uma fonte ligada ao serviço de reclamações da Onumoz garantiu que os números avançados pela Manica estão muito aquém da realidade. Segundo a mesma fonte, os motoristas da ONU estiveram envolvidos em mais de três mil acidentes durante a sua estada em Moçambique, muitos deles da sua responsabilidade.

Durante os dois anos de permanência em Moçambique, a Onumoz custou mais de 500 milhões de dólares, 60 por cento dos quais foram destinados a pagamento do pessoal, tanto civil como militar. Inicialmente, o pessoal foi avaliado entre 7 e 8 mil pessoas, às quais se juntou, em Fevereiro de 1994, uma importante força de polícia, incluindo especialistas portugueses.

Missão cumprida

No dia 13 de Outubro de 1992, o Conselho de Segurança da ONU adoptou a Resolução 782, à luz da qual o italiano Aldo Ajello foi nomeado representante especial de Butros Butros-Ghali em Moçambique e enviado para o país na companhia de uma equipa de 25 observadores militares. Assim nascia a Onumoz, para apoiar a concretização dos acordos de paz assinados em Roma dias antes pelo Governo moçambicano e a Renamo.

De uma maneira geral, a actuação da Onumoz foi considerada positiva e muitos observadores afirmam que se tratou, juntamente com a intervenção em Salvador, de uma das únicas operações concluídas com sucesso em toda a história das Nações Unidas. Butros-Ghali teceu rasgados elogios à operação e Aldo Ajello declarou, à partida de Maputo, que deixava o país com o sentimento de "missão cumprida".

Mas nem toda a gente está de acordo com isso. O ex-embaixador italiano em Maputo, Manfred di Camerana, fez há dias vigorosas críticas à acção da ONU em Moçambique. Di Camerana, que teve um papel crucial nos primeiros contactos entre o Governo e a Renamo, considera que o país "não necessitava de uma estrutura tão pesada" das Nações Unidas.

"Em Nova Iorque sempre actuaram segundo esquemas tradicionais", queixa-se embaixador. "Por isso chegou aqui uma estrutura pesada, com muitos militares". Para Di Camerana, que foi colega de faculdade de Aldo Ajello, foi um erro colocar a tónica na vertente militar em detrimento do aspecto social.

"Todo o processo de reintegração dos desmobilizados na vida civil não foi feito de maneira correcta", considera o diplomata italiano. "Por isso, o país tem agora de resolver aspectos dramáticos que podiam ter sido resolvidos nos últimos dois anos".

"Esta é a minha crítica às Nações Unidas", disse Di Camerana, precisando que a dirigia "não tanto ao dr. Ajello, mas ao sistema em si, às operações de paz". Segundo o embaixador, a ONU "antes de intervir num país tem que analisar a situação concreta e criar uma estrutura apropriada e não aplicar fórmulas antigas".

Carapinhas azuis

Embora a Onumoz nunca tenha entrado em combate, os capacetes azuis perderam em Moçambique cerca de duas dezenas de homens, em acidentes ou doença. Uma fonte do hospital de campanha argentino revelou que dois militares do seu contingente contraíram o vírus da sida durante a sua permanência em Moçambique. Notícias não confirmadas indicam que o contingente zambiano, no seu regresso a casa, contaria com mais de 50 por cento de seropositivos.

Os capacetes azuis também terão estado envolvidos no acentuado aumento de tráfico e consumo de drogas em Moçambique nos últimos dois anos. Um cabo do contingente português de telecomunicações revelou ao PÚBLICO que muitos militares da sua unidade compraram barras de haxixe paquistanês a preços irrisórios no mercado local e guardaram-nas enterradas debaixo das tendas para posteriormente as venderem em Portugal com grande margem de lucro.

Marfim, pedras preciosas e peles de animais foram igualmente muito procurados e ilegalmente exportados a coberto das isenções de controlo aduaneiro de que gozam os elementos da Onumoz.

Mas não foi só droga e contrabando que os contingentes levaram de regresso a casa. Logo por ocasião da primeira rotação de efectivos, quatro militares do batalhão de telecomunicações voltaram a Portugal casados com moçambicanas. Uma das moças do BTM4 é Clarisse, filha do cineasta Licínio de Azevedo, que viajou para Portugal com o seu capacete azul com quem vive agora, em Viana do Castelo.

No entanto, os homens da Onumoz deixaram para trás um número indeterminado de filhos ilegítimos e continuam ainda a vir ao mundo os frutos dos seus amores tropicais. Por todo o país, a presença da ONU ficará lembrada também por essas crianças que o humor popular baptizou cedo de "carapinhas azuis". ■

Cólera mata em Cabo Verde...

PÚBLICO, 8.3.95

CABO VERDE registou 65 novos casos de cólera no período de 23 de Fevereiro a 2 de Março, tendo-se verificado quatro mortes, refere o boletim semanal da Organização Mundial de Saúde divulgado ontem em Genebra. O número de vítimas mortais da epidemia aumentou de 28 para 32 e os casos registados de 628 para 693. O continente africano detém o maior número de casos de cólera no mundo, com 157.426 contaminados e 7719 registados entre 1 de Janeiro de 1994 e 30 de Janeiro de 1995, período em que os totais mundiais foram de 301.490 casos e 9465 óbitos. O país africano mais atingido foi o Zaire, com 58.057 casos e 4181 mortos, todos ocorridos nos campos de refugiados do Ruanda. ■

... que recebe equipa da AMI

A ASSISTÊNCIA Médica Internacional (AMI) vai enviar uma equipa de cinco médicos de clínica geral e cinco enfermeiros para Cabo Verde, no próximo mês de Maio. Estes profissionais vão também prestar assessoria técnica em matéria de Recursos Humanos, no âmbito de um protocolo de cooperação assinado recentemente entre a AMI e o Ministério da Saúde de Cabo Verde. A Assistência Médica Internacional coopera com este país na área da saúde desde 1988, tendo já para ali enviado um total de 102 profissionais. ■

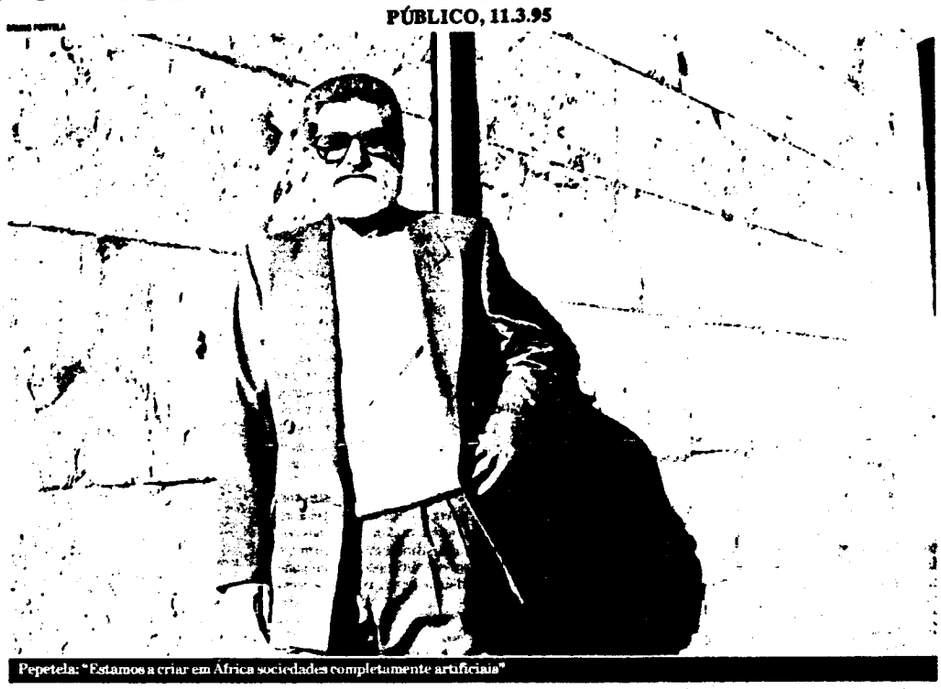
Escritor angolano Pepetela ao PÚBLICO

"Revolucionários atirados aos cães"

PÚBLICO, 11.3.95

Nélson Saúte

Pepetela veio a Portugal relançar o primeiro livro que escreveu: "Muana Puó". É uma alegoria dos tempos da utopia, que marcaram a sua vida e a sua escrita. Como os mitos fundadores de Lunda, o chão de todas as origens. Entretanto, acaba de escrever um novo romance, "Desejo de Kianda", sobre a orgia da violência que assola a sua terra.



DOMS PEPETELA

Pepetela: "Estamos a criar em África sociedades completamente artificiais"

Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, nome civil do escritor Pepetela, nasceu em Benguela, em 1941, formou-se em sociologia na Universidade de Argel, na Argélia, combateu nas matas da libertação e escreveu sobre a saga do seu povo. O primeiro livro — "Muana Puó" —, que se fundava, como os subsequentes, nos mitos da Lunda, foi escrito em 1969. Acaba de ser reeditado pela Dom Quixote, a sua editora portuguesa.

PÚBLICO — Aquando da primeira edição de "Muana Puó" receava que o livro não fosse compreendido. À esta distância, pensa que não foi compreendido?

PEPETELA — O livro foi compreendido por um grupo restrito de pessoas. Mais uma camada intelectual, em Angola. Mas, de um modo geral, o público não compreendeu.

P. — Porque é que recorre a uma forte simbologia — "Muana" é uma alegoria sobre os tempos da luta —, elegendo uma temática que, curiosamente, visava a congregação popular?

R. — Isso foi ditado pela máscara tchokué [máscara de Muana Puó, a rapariga; com ela se dança na festa da circuncisão]. Eu conheci essa máscara através de uma fotografia. Fiquei apaixonado por ela. Fui para casa, pus à frente da secretária. E a máscara começou a falar e eu fui escrevendo. Eu fui um "medium". Durante a semana que eu escrevi o livro não vi mais nada. Só a máscara.

P. — Na sua obra há também uma forte recorrência aos mitos fundadores da sociedade angolana — Lunda, por exemplo — porquê esta obsessão?

R. — A Lunda é um lugar de passagem para todas as populações que povoaram a região de Angola: as populações bantu, todas passaram pela Lunda. A Lunda criou uma cultura que marca o imaginário angolano, ao nível dos mitos — desde a estatuária à pintura —, na qual serve de base do que poderá ser uma Angola de futuro. É um sonho, no fundo. É uma utopia.

P. — Como é que Pepetela, que deu corpo à essa "geração da utopia", se revê nos seus ideais? Pensa que foram derrotados?

R. — Não foram concretizados. Mas derrotados, não. Pelo menos para uma boa parte de nós aqueles ideais eram puros. De libertação social. E creio que alguém muito mais tarde há-de retomar isso. A experiência não resultou, ou pelo menos não resultou tão bem como nós esperávamos, mas conseguiu-se parte. Lutámos pela independência e foi conseguida. Não é uma independência total. Ainda somos bastante dependentes...

P. — Por que é que um projecto de sociedade da sua geração falhou quando transportava consigo ideais tão justos como lídimos?

R. — Havia muitas forças que se opunham. E, talvez, os actores desse sonho ainda não estivessem à altura dele. Os que diziam apoiar, não apoiavam. O que apoiavam era uma cópia dos seus modelos. Os próprios actores do processo acomodaram-se em modelos inventados.

P. — É possível África fugir à imposição dos modelos?

R. — Não sei se é possível, mas essa é a utopia.

P. — Os africanos querem assumir o risco de fazer os seus próprios modelos de desenvolvimento?

R. — Acho que sim. Temos que procurar novos modelos. O que estamos a construir em África são sociedades completamente artificiais, segundo modelos que a própria Europa começa a pôr em causa. Estão à beira da falência, é evidente. Nós estamos a perder a herança que temos — das sociedades tradicionais africanas, de uma série de valores, que são fundamentais: da sociabilidade, da espiritualidade, da hospitalidade, da solidariedade — para introduzir valores que em África são desastrosos.

P. — Mas os poderes em África estão interessados no inverso?

R. — Não, não estão. De maneira nenhuma! Porque querem manter-se. Para tal precisam das esmolas do Norte: o auxílio que vem de qualquer forma. Para isso têm que se comprometer com as exigências que o Norte impõe. Agora, é preciso criar os contrapoderes.

P. — Há espaço para contrapoderes em Angola onde, recentemente, foi morto um jornalista em circunstâncias por esclarecer?

R. — Há algum espaço. Ao nível da imprensa é mais difícil porque é vigiada. Acredito que se o processo de paz avançar, esse espaço vai abrir-se ainda mais. É verdade que há uma autocensura das pessoas. Há um peso do passado. Mas existe algum espaço. É preciso alargá-lo, de forma inteligente. Não como kamikazes. É urgente, nos nossos países, criar a cultura do debate.

P. — Que diagnóstico faz de Angola na ressaca da sua utopia?

R. — O processo, que veio da colonização, foi extremamente difícil. E, sobretudo, houve sempre uma lógica de exclusão, de élites. O que acabou por marcar o nacionalismo angolano. No fundo, até hoje, continua a haver esta exclusão. É por isso que o projecto não se realizou. Porque não houve suficiente unidade para a força que superasse todas as pressões exteriores.

P. — Muitas das figuras da sua geração, que foram heróis do processo, foram engolidas pela revolução?

R. — Tudo é relativo. Engolidos como? Eu pessoalmente, não. Outros terão sido. Mas, claro, eu tenho uma defesa: a literatura. A literatura foi sempre uma arma de defesa pessoal.

P. — Foi arma ou fuga?

R. — Arma! Porque a literatura começa antes do resto. Todo o percurso foi pautado pelo desejo de escrever.

P. — Mas adopta quase sempre uma estratégia esquiva na escrita. Porquê?

R. — De qualquer modo, a literatura é sempre um local de exílio. É sempre um refúgio. Mas a minha filosofia é conseguir um distanciamento para analisar a realidade. É por isso que eu digo: julguemme não pelo o que eu fiz, mas pelo o que eu escrevo.

P. — Contudo, a tentação é julgar o cidadão Artur Pestana e não o escritor Pepetela.

R. — Claro. Isso é normal, não é? Mas o cidadão é uma pessoa como outra qualquer. O escritor reflecte profundamente sobre aquilo que escreve. A escrita socorre-se de um certo distanciamento que permite que a análise seja mais objectiva. É por isso que eu digo que é uma arma. Quando se fala da desilusão, não é tão verdade assim porque através da escrita adquire-se capacidade para superá-la. Há outros que foram engolidos porque não tinham essa arma. E muitos o foram no pior sentido: corromperam-se pelo poder, encontraram uma fuga nos negócios.

P. — A memória incomoda-lhe? O percurso da sua geração tranquiliza-o? Está reconciliado com a História de que foi protagonista?

R. — A minha geração cometeu erros mas, de um modo geral, não foram voluntários. Pensávamos que estávamos a fazer o que era correcto e justo. Tentámos fazer o melhor possível. Estou tranquilo com a minha consciência. Sei que cometi erros. Mas também sei que não foi de propósito. Para mim aquilo era o melhor naquele momento. Era o possível. Foi uma utopia...

P. — Uma utopia defensável?

R. — Há hoje um refluxo, atiram os antigos revolucionários aos cães, mas daqui a dez ou vinte anos vai-se descobrir que, afinal, havia muita coisa que talvez noutras circunstâncias fosse possível, talvez valesse a pena voltar a reler alguns textos, retomar certas ideias. Porque a realidade está ali para mostrar. No livro que acabei de escrever há um personagem que diz: "Tentaram matar o Marx, podem fazê-lo. Só que em Angola a luta de classes continua a existir. Agora é entre nus e os que se podem vestir."

P. — Depois deste percurso todo, onde testemunha a tortuosa viagem da sociedade angolana, o que é que traz o seu novo romance "Desejo de Kianda"?

R. — Este romance é sobre a actualidade. Sobre esta última guerra. Retoma a escrita anterior, há algum recurso ao imaginário e aos mitos do processo angolano. Passa-se em Luanda.

P. — Esta é uma guerra étnica?

R. — Não totalmente. Há uma certa componente étnica. Não vale a pena escamotear, mas não o é essencialmente. Esta é uma guerra pelo poder. Os grupos afrontam-se ao apenas pelo poder.

P. — Acredita na paz imediata em Angola?

R. — Eu quero acreditar. Se as pessoas não acreditarem nela... Mas realmente sempre que há uma boa notícia surge logo uma má notícia. Contudo, é possível chegar à paz. Tenho confiança. ■

• Obras de Pepetela disponíveis, em Portugal, na Dom Quixote:
"Muana Puó"
"Mayombe" (1980)
"O Cão e os Caluandas" (1985)
"Yaka" (1986)
"Lueji, o Nascimento dum Império" (1990)
"A Geração da Utopia" (1992)

Notícias Africanas

Angola vista da África do Sul

Mais perto da guerra que da paz

PÚBLICO, 11.3.95

ANGOLA, que se encontra sob um precário cessar-fogo desde há três meses, está mais próxima da guerra do que da paz, no momento em que as tropas governamentais e da UNITA curam as feridas e anseiam por novas vitórias, afirmaram ontem analistas militares na África do Sul.

"É como se a paz estivesse prestes a desmoronar-se [...] Angola está mais próxima da guerra do que da paz", diz Bill Sass, um analista do Instituto de Política de Defesa, sediado em Joanesburgo.

"As Nações Unidas não querem enviar tropas de manutenção de paz enquanto não houver paz [...] e isso não vai acontecer enquanto as tropas não chegarem", disse Sass, um antigo brigadeiro do Exército

A ONU decidiu enviar mais de sete mil homens para Angola, para consolidar a frágil paz instaurada em Novembro último após o acordo assinado na capital da Zâmbia, Lusaca. Mas, antes, pretende um compromisso de ambas as partes de que defenderão a paz.

Se é certo que a palavra paz anda nas bocas do líder da UNITA, Jonas Savimbi, e do Presidente José Eduardo dos Santos, os seus homens no terreno parece seguirem um outro caminho. Fontes da ONU relatam quase diariamente voos de reforços de tropas governamentais para zonas supostamente desmilitarizadas, em violação dos acordos de Lusaca.

As posições de onde as forças da UNITA já retiraram estão rapidamente a ser ocupadas pelas forças do Governo, num desafio à ONU que é a primeira a admitir a sua incapacidade de controlar todos os movimentos no terreno.

Na frente do Uíje, um observador da ONU disse no início da semana que as tropas recentemente recrutadas do Governo não fazem segredo da sua presença. O Governo acusou a UNITA de repetidas violações do cessar-fogo, afirmando que já perdeu mais de 200 soldados em recontros com os rebeldes, desde a assinatura do acordo de paz.

Segundo Sass, como não há em Angola tropas de manutenção de paz e apenas um punhado de renitentes observadores, tem havido uma escalada de pequenos incidentes. "Os recontros entre indivíduos transformaram-se em recontros entre patrulhas, entre batalhões, e assim por diante[...]

Richard Cornwell, analista militar no Instituto de África, baseado em Pretória, disse que Savimbi, pouco satisfeito com os termos do acordo de Lusaca, está cada vez mais próximo dos conselhos dos falcões da sua organização. Tem havido mesmo relatórios, ainda que não confirmados, de que a UNITA está a recrutar mercenários estrangeiros.

A agência noticiosa oficial angolana, ANGOP, citou ontem Eduardo dos Santos dizendo que os elementos da linha dura da UNITA estavam a ameaçar rasgar o acordo, por ele não corresponder aos seus interesses.

Cornwell disse estar convencido de que Savimbi estava a tentar interromper o processo na esperança de que o Governo perdesse a vontade de lutar e estivesse sem dinheiro. Disse ser conhecido de todos o facto de Angola ter já vendido pelo menos dois anos da sua produção petrolífera, para financiar a guerra.

Cornwell disse ainda que se a UNITA não resistir à tentação de recuperar o terreno perdido para o Governo, enquanto o acordo de paz estava a ser negociado, vai certamente começar a ofensiva pelas zonas ricas em diamantes da Lunda Norte e Cufunfo. "A UNITA precisa das zonas de diamantes que o Governo controla".

Interrogado sobre a alegada relutância da África do Sul em desempenhar um papel activo na operação de manutenção de paz em Angola, onde as forças de Pretória lutaram ao lado da UNITA entre os anos 70 e 80, Cornwell respondeu: "Quando, neste país, se fala aos soldados em operações de manutenção de paz, eles viram a cara para o outro lado". ■

David Tucker, da Reuter, em Joanesburgo

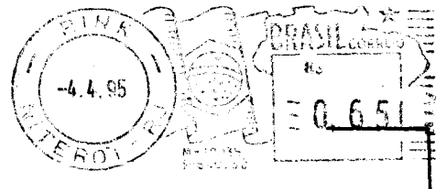
Eduardo dos Santos lamenta

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, manifestou ontem o seu desacordo com as condições impostas pelo secretário-geral da ONU, Butros Butros-Ghali, segundo as quais os capacetes azuis só deverão partir para Angola se os compromissos assumidos em Lusaca começarem a ser plenamente cumpridos até ao próximo dia 25.

"A atitude é de lamentar", disse, "porque a vinda dos capacetes azuis não deveria estar condicionada a um respeito escrupuloso do cessar-fogo, embora seja nossa firme vontade que seja respeitado". Para o Presidente, a presença das forças da ONU poderia "desenvolver um papel de dissuasão" junto de ambas as partes e "evitar novas violações do cessar-fogo".

O representante especial da ONU para Angola, Blondin Beye, dissera no dia anterior que obtivera de Jonas Savimbi, com quem se encontrou no Bailundo, a promessa de que a UNITA faria tudo para facilitar a aplicação dos acordos de paz de Novembro passado. No mesma ocasião, Blondin Beye informou que as tropas da UNITA começaram já a retirar-se da região do Uíje, no norte de Angola. ■

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS, do Conjunto Universitário Candido Mendes. **Edição:** Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). **Apoio:** Fundação Ford. **Produção Gráfica:** Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (*Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to*): **Sociedade Brasileira de Instrução – Centro de Estudos Afro-Asiáticos – Rua da Assembléia, 10, Conjunto 501 – CEP 20119-900, Rio de Janeiro – RJ – Brasil – Tel. (021) 531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021) 531-2155. – Assinatura anual (em dólar comercial):** *Instituições internacionais:* US$ 250.00; *nacionais:* US$ 200.00; *Pesquisadores:* US$ 100.00. *WE ASK FOR EXCHANGE.*



I
PR.
BELLVII
SOUTH

5 . . . .

. . . . . .

IMPRESSO